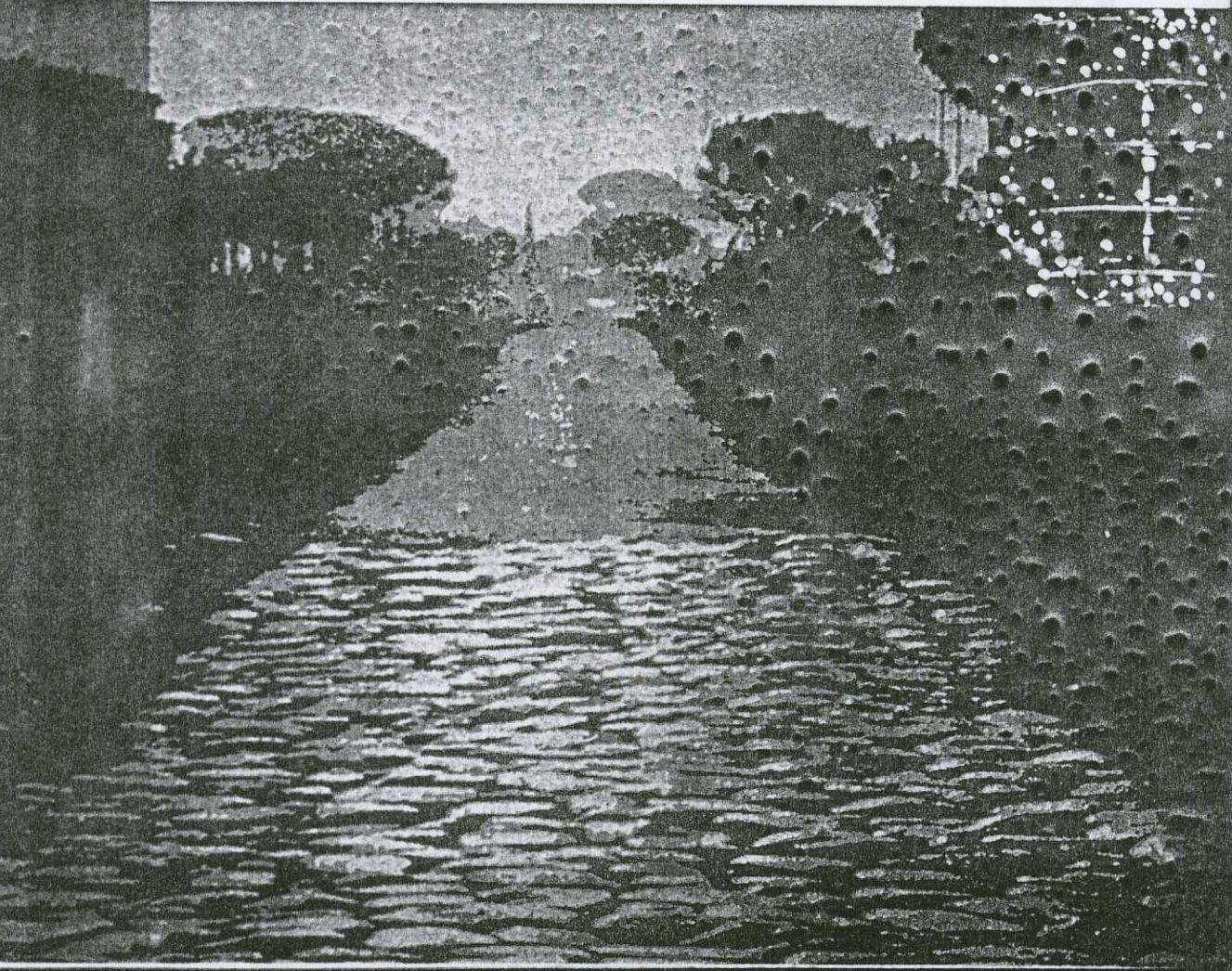


4

capítulo

Roma, Cidade
Aberta





As Origens Romanas

Em sua *História natural*, o romano Plínio, o Velho (23-79), afirma que mulheres menstruadas tornam o leite azedo, murcham plantas, que seu olhar faz o espelho opaco e cega as lâminas. Plínio acreditava também no poder da natureza para **criar criaturas** fantásticas, como homens sem boca, que se alimentavam aspirando fragrâncias de flores e frutos, ou homens de pés imensos para poder cobrir a cabeça e assim se proteger dos raios solares.

Quando a Grécia foi conquistada pelos romanos, no século II a.C., a prática médica ficou entregue aos gregos, para desgosto de muitos romanos. Plínio, por exemplo, criticava a racionalidade grega, lembrando que durante 600 anos Roma não tivera médicos e resolvera muito bem seus problemas de saúde utilizando-se de remédios como cera de ouvido, substâncias extraídas de crocodilos e de cadáveres humanos. Ele negava, acima de tudo, o modelo de conhecimento grego.

A própria palavra “conhecimento” em latim, língua falada pelos romanos, tem origem grega. Em latim não existia uma palavra para “conhecimento”. É como se, por exemplo, não existisse a palavra *giz* em português. Cada vez que fôssemos falar de um giz teríamos de dizer “aquele objeto que serve para escrever na lousa”. Cada vez que os romanos quisessem definir conhecimento teriam de agrupar diversas palavras.

Quando os romanos dominaram a Grécia, muitos gregos tornaram-se professores-escravos dos romanos. Em grego, conhecimento se diz *gnose*. O prefixo latino *co* é muito comum na língua portuguesa. Está, por exemplo em: colaborar, ajudar alguém a elaborar; cooperar, ajudar alguém a operar. *Cognose*, por sua vez, significa *gnose* adquirida com o auxílio de alguém. Daí o nascimento do verbo latino *cognoscere*, “conhecer” em português.

Os romanos assimilaram o modelo de conhecimento grego e, mais do que isso, ajudaram a universalizá-lo por meio de suas conquistas. Mas Roma foi muito além da pólis grega ao criar um Estado que unificou diferentes povos do mundo mediterrâneo. Os gregos excluíram quase totalmente os estrangeiros da cidadania, enquanto os romanos desenvolveram um sistema de leis e participação social válido em todo o Império, ultrapassando o provincianismo típico da cidade-Estado grega. Os gregos distinguiram-se pelos seus filósofos; o gênio de Roma encontrou expressão no direito e no governo universal.

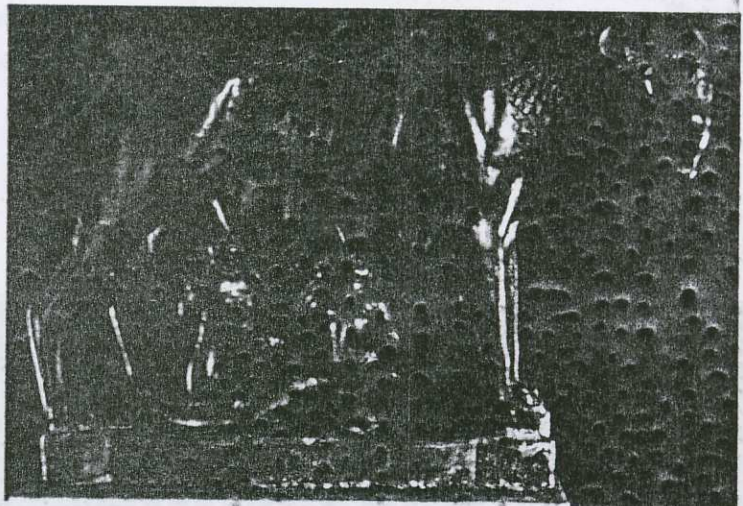
A FUNDAÇÃO DA CIDADE

A história de Roma nos é acessível. Sua expansão territorial, suas lutas políticas e militares, a vida pública e privada de suas personagens mais representativas, tudo isso podemos acompanhar com detalhes porque os romanos assim o quiseram. Eles nos deixaram uma impressionante herança artístico-literária: poesia, filosofia, teatro, arquitetura, artes plásticas e até grafites registraram sua trajetória.

Para explicar as origens da cidade recorreram à mitologia. Recém-nascidos, os gêmeos Rômulo e Remo, gerados por Marte, o deus da guerra, foram abandonados à margem do rio Tibre para que suas águas os levassem. No entanto, foram salvos e criados por uma loba. Em 21 de abril de 753 a.C., eles teriam consultado os deuses, que escolheram Rômulo para fundar a cidade. O escolhido teria traçado com um arado o perímetro das futuras muralhas, que o irmão, num gesto de inveja, ultrapassou armado. Rômulo então o matou.

A morte do gêmeo

"Sobre o valor e a função desse assassinato já se interrogavam os antigos. [...] Sobretudo por volta do final da república e do início da era imperial, o assassinio de Remo pelo irmão foi visto como uma espécie de sinal premonitório das futuras guerras civis que abalariam Roma e que, neste caso específico, marcariam com sangue o próprio relato da fundação: pois, se representarmos uma cidade à semelhança de uma família, um irmão morto por outro antecipa bem a horrenda eventualidade de cidadãos mortos por outros cidadãos. Ou, então, diversamente, o assassinio de Remo foi também interpretado como [...] a proibição de ultrapassar armado as muralhas urbanas. Como quer que se configure qualquer outra tentativa de explicação, limitemo-nos a ilustrar o aspecto lendário da morte de Remo por meio das categorias, evidentemente correlatas, da diferença e da exclusão. Mal traçou o recinto das muralhas, o fundador Rômulo, que foi escolhido pelos deuses [...], abandona a vida selvagem, transcorrida nas selvas e bosques, para dar início à sua fase urbana. Dessa nova vida na cidade ele é obrigado a excluir o próprio 'duplo-juvenil' e selvagem: o gêmeo que não quer ceder [...], que não respeita o perímetro traçado pelo irmão e o novo 'estilo de vida' que ele implica, que pretenderia com um simples salto reproduzir no interior daquele perímetro o estilo de vida precedente, marcado por correrias e brigas. A sorte de Remo torna-se assim emblemática da exclusão, do espaço da cidade, de práticas e atitudes ilícitas: tão pouco lícitas a ponto de obrigar, com um gesto declaradamente exemplar, um irmão a matar outro."



Loba amamentando Rômulo e Remo (c. 500 a.C.). Museus Capitolinos, Roma.

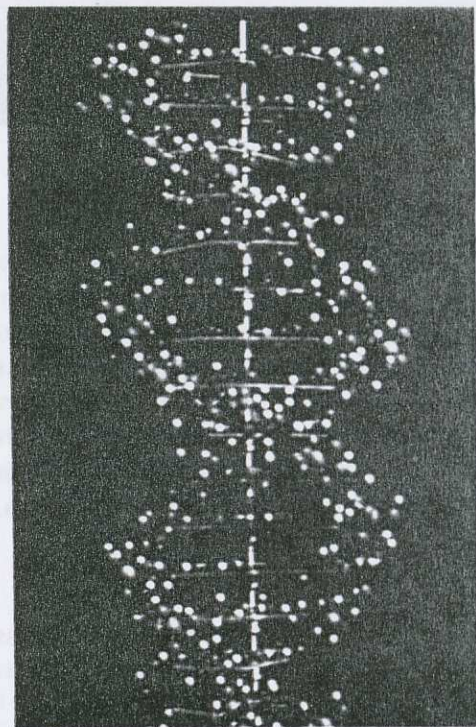
FRASCETTI, Augusto. "O mundo romano." In: História dos jovens. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 1, p. 62 e 63.

Os arqueólogos descobriram que, na mesma época da lendária fundação da cidade, supostamente por volta do século VIII a.C., a região de Roma era habitada por comunidades de camponeses. Ao norte e ao sul, encontravam-se cidades etruscas e gregas cujas civilizações mais adiantadas foram pouco a pouco influenciando os romanos. Os etruscos, habitantes do noroeste e oeste da Península Itálica, expandiram seu território durante os séculos VII e VI a.C. e controlaram a monarquia em Roma. Mas não conseguiram estabelecer-se por muito tempo. Derrotados por celtas, gregos e finalmente pelos próprios romanos, eles se enfraqueceram e perderam o domínio político na Itália.

A Biologia e a História

"O que restou dos etruscos além de esculturas, pinturas, inscrições e tumbas? Quem sabe, descendentes. Eles podem ser os 2 mil habitantes da pequena Murlo, na província de Siena. [...] Para começar, os cientistas recolheram amostras de sangue de 150 mulheres a fim de estabelecer por meio do exame do DNA — molécula que determina as características das pessoas — se seu patrimônio genético é igual ou parecido com os dos antigos habitantes da Toscana. [...] A resposta mais segura pode ser dada comparando-se o DNA dos murlenses com o DNA dos ossos que se encontram nas necróples etruscas que rodeiam Murlo. A escolha dos murlenses para a experiência se explica: o local foi bastante preservado ao longo dos séculos, não foi invadido nem destruído e por isso, provavelmente, não sofreu misturas étnicas que caracterizaram outras populações. [...] Outra pista curiosa é a sugestão de uma equipe de glotólogos — estudiosos da linguagem — de que os etruscos deviam aspirar o C (pronunciando hasa em vez de casa) como se faz em algumas áreas da Toscana. A pesquisa mal começou e por isso ainda vai demorar um tempo para sabermos se, de fato, os etruscos deixaram herdeiros."

CD-ROM Superinteressante, dez. 1993, n. 12, ano 7.



Cadeia de DNA.

A REPÚBLICA ROMANA (VI a.C. — I a.C.)

Roma tornou-se uma **República** no início do século VI a.C., quando os aristocratas agrários, chamados **patrícios**, derrubaram o rei etrusco Tarquínio e transferiram o poder das mãos do monarca para o **Senado**.

Até o início do século V a.C., o governo dos romanos estava sob controle exclusivo dos patrícios, que possuíam a maior parte das terras e dominavam o exército. Os chefes de governo eram dois cônsules, eleitos anualmente, que serviam como juízes e tinham a iniciativa da criação das leis. Eles eram auxiliados por outros magistrados e administradores, também eleitos anualmente. A Assembléia dos Centúrias, assembléia popular controlada pela nobreza, elegia os cônsules e os outros magistrados e formulava as leis, que precisavam também da aprovação do Senado. Este, cujos membros eram **vitalícios**, e que era o principal órgão do poder patrício, aconselhava a Assembléia mas não exercia a função de legislar; apenas controlava as finanças públicas e a política exterior.

Os **plebeus** — em sua maioria pequenos proprietários de terra — sofriam escravização por dívida, discriminação nos tribunais, proibição de casamento com patrícios, ausência de representação política e de um código escrito de leis. O impulso para as mudanças foi dado por um conflito entre patrícios e plebeus. Estes últimos organizaram e empreenderam uma luta pela igualdade política, jurídica e social. Sua arma decisiva foi a ameaça de se desligarem da cidade, de não pagarem impostos, de não trabalharem e de não servirem o exército. Os patrícios, ao perceberem que Roma, constantemente envolvida em guerras na Península Itálica, não podia sobreviver sem a ajuda militar plebéia, fizeram concessões. Desse modo, os plebeus foram lentamente conquistando a igualdade jurídica.

A existência da assembleia e dos tribunos dava ao quadro político de Roma um caráter aparentemente democrático, mas o controle do poder, em toda a trajetória romana, jamais saiu das mãos da elite patricia. Na prática, havia se formado uma **oligarquia** governante, em que plebeus influentes haviam unido suas forças às da antiga elite. Os casamentos entre os membros dos dois lados dessa oligarquia fortaleceriam essa aliança. Como geralmente se tornavam tribunos, os plebeus ricos tendiam mais para o lado ao qual deveriam opor-se do que para a defesa dos interesses dos pobres e, o mais importante, o Senado continuava sob o domínio dos patrícios.

Conquistas dos plebeus

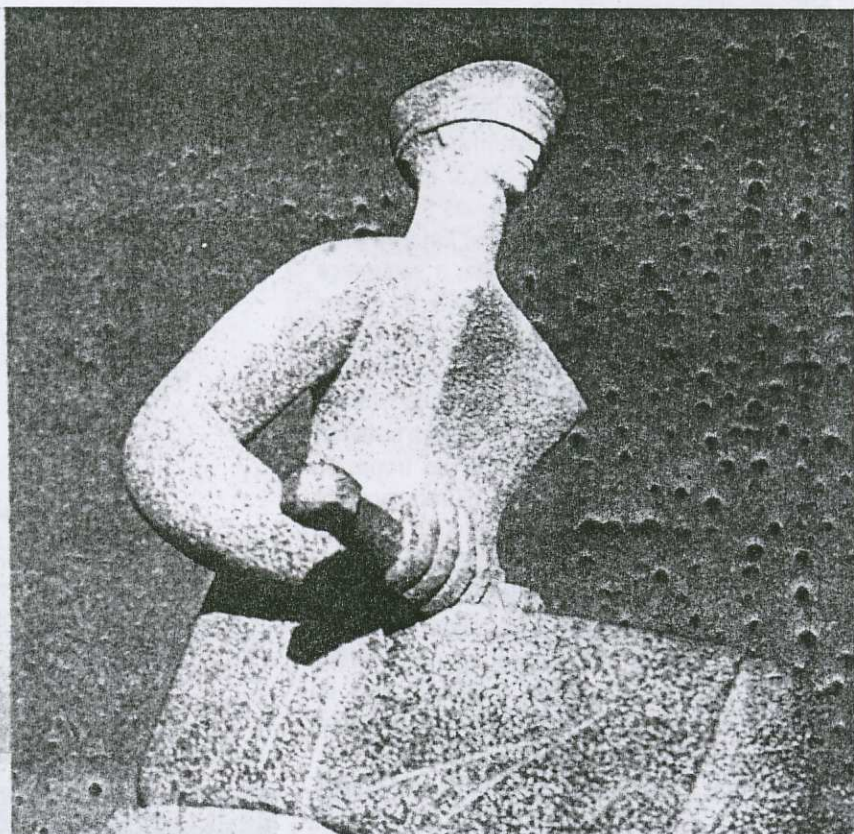
No início do século V a.C., os plebeus conquistaram o direito de formar sua própria assembleia. Essa assembleia podia eleger seus membros, chamados tribunos, que eram investidos de poderes para proteger os direitos da plebe. Outra conquista, por volta de 450 a.C., foi a Lei das Doze Tábuas, código de leis escritas que concedia aos plebeus alguma proteção contra sentenças lavradas pelos patrícios. Mais tarde, outros direitos foram obtidos, entre os quais o de se casarem com patrícios, o acesso aos mais altos postos políticos, jurídicos e religiosos do Estado, e a eliminação da escravização por dívidas.

A justiça romana

No início da República, a religiosidade legitimava o governo dos patrícios, que se consideravam preservadores das tradições sagradas. Aos poucos, os romanos foram diminuindo os elos entre a religião e a política, e elaboraram um sistema constitucional que, tal como o dos gregos, tornou racionais a política e o direito.

A medida que ia sendo escrita, discutida e emendada, a lei se separava da religião. Um passo importante foi dado quando o estudo e a interpretação da lei passou das mãos dos sacerdotes para as dos juristas, que analisavam, classificavam, sistematizavam e buscavam soluções de senso comum para os problemas jurídicos.

Permanência romana: escultura no Palácio da Justiça, Brasília.



A solução do conflito entre patrícios e plebeus criou um sentimento de união que foi fundamental para o fortalecimento do exército. Roma se tornou, antes de tudo, uma comunidade de guerreiros.

As conquistas romanas

A conquista romana estendeu-se primeiro à Península Itálica. Não reduzindo seus adversários à escravidão e confiscando todas suas terras — ao contrário do que ocorria comumente no mundo antigo —, Roma esforçava-se por ganhar a lealdade do povo conquistado na península. Algumas comunidades derrotadas mantinham um governo próprio, mas contribuíam com soldados para o exército romano. Outros povos conquistados recebiam cidadania parcial ou total. Dessa forma, Roma transformava antigos inimigos em aliados e finalmente em cidadãos romanos. Dando acesso à cidadania romana a boa parte dos italianos, a República romana ampliou seu exército e transformou-se de cidade-Estado em uma grande potência.

Logo após afirmar sua supremacia na Itália, os romanos travaram uma longa batalha contra a cidade de Cartago, outra grande potência do Mediterrâneo ocidental. A vitória nas chamadas **Guerras Púnicas** permitiu-lhe assumir o controle do Mediterrâneo ocidental.

As Guerras Púnicas

Fundada em 800 a.C. pelos fenícios, a cidade norte-africana de Cartago tomou-se um ativo centro comercial. Sua riqueza era proveniente da intensa atividade comercial no Mediterrâneo ocidental. Os cartagineses conquistaram um Império que abrangia o Norte da África, regiões do litoral da Espanha e a Sicília ocidental, entre outras.

A guerra entre Cartago e Roma teve início pelo domínio da ilha da Sicília. Embora não tivesse interesses nesse território, Roma temia que Cartago o usasse para atacar as cidades-Estado italianas meridionais, suas aliadas, ou para interferir em seu comércio. Em 264 a.C., o governo de Roma decidiu que a segurança de suas aliadas exigia uma intervenção militar na Sicília.

Roma sofreu severas perdas: a destruição de um exército que invadiu o norte da África e a destruição de centenas de navios em batalhas e tempestades. Lutando ao lado das tropas de seus aliados de toda a Itália, os romanos por fim venceram Cartago, que, com uma força militar composta principalmente de mercenários e impossibilitada de se recompor de suas perdas marítimas, sem meios de continuar a guerra, propôs a paz em 241 a.C., entregando a Sicília.

Com a anexação de territórios fora da Itália, que foram transformados em províncias, Roma começou a construir seu Império.

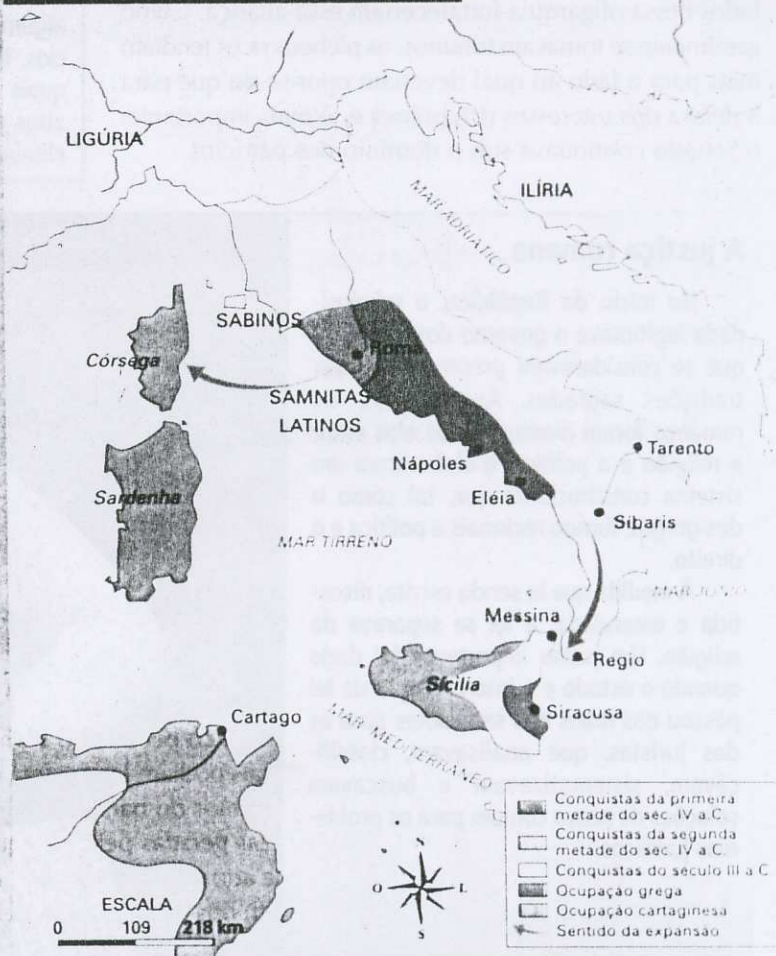
Após a derrota na Primeira Guerra Púnica, Cartago estendeu seu poder à Espanha, de onde iniciou sua expansão, gerando a Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.). Comandado por Aníbal (247-183 a.C.), um gênio militar, o exército cartaginês, com mais de 100 mil soldados, avançou para o norte da Itália. Na batalha de Canas (216 a.C.), aniquilou um exército romano de 60 mil soldados, a maior concentração de forças isoladas que Roma já pusera em campanha.

Como resposta Roma invadiu o norte da África, forçando Aníbal a retirar suas tropas da Itália para defender o território cartaginês. Aníbal, que vencera todas as batalhas na Itália, foi derrotado em Zama, em 202 a.C. Essa batalha assinalou o fim da Segunda Guerra Púnica.

Cinquenta anos depois, o terceiro e último conflito: os romanos, ainda preocupados com o poder econômico cartaginês, invadiram Cartago, que foi completamente arrasada, teve seu território transformado em província romana e seus habitantes escravizados. A vitória transformou Roma na única grande potência do Mediterrâneo ocidental.

Roma acelerou, então, o contato com o mundo helenístico. Como grande potência, foi atraída para os negócios gregos. Sua intervenção na Grécia levou-a a se impor sobre os reinos helenísticos, os quais afirmava estar libertando de seus déspotas. Dominados, os Estados helenísticos tornaram-se províncias de Roma e perderam a liberdade de ação nos negócios externos. Agora, mais do que nunca, a cultura grega iria exercer forte influência nos romanos.

SEGUNDA GUERRA PÚNICA



EXPANSÃO ROMANA



Fonte: VIDAL-NAQUET, Pierre e BERTIN, Jacques. Atlas histórico. Lisboa: Circulo dos Leitores, 1990. p. 71.

VERIFICAÇÃO DE LEITURA 1

1. Quais as explicações para a origem de Roma?
2. Quais as razões para os conflitos entre patrícios e plebeus?
3. Explique a seguinte passagem do texto: “[...] o controle do poder político, em toda trajetória romana, jamais saiu das mãos da elite patricia”.
4. Qual o significado das Guerras Púnicas na história de Roma?

REPERCUSSÕES DAS CONQUISTAS

Os romanos criaram um elemento arquitetônico peculiar, o *vomitorium*, um quarto especial onde os convidados de um festim que houvessem comido demais podiam lançar fora o conteúdo de seu estômago, a fim de retornar “vazios” para gozar os prazeres de outros alimentos do banquete.

O banquete é a imagem do que as riquezas geradas pelas conquistas propiciaram às elites: o gosto pelo luxo, por casas sofisticadas, decoradas com obras de arte e vários escravos, que desempenhavam funções de criados, cozinheiros e professores. O banquete se tornou um dos principais elementos culturais dessa Roma da fartura.

O banquete

“[...] o banquete é cerimônia de civilidade. [...] Pois o banquete, para todos os usos, é a circunstância em que o homem privado desfruta do que ele de fato é e o mostra veridicamente a seus pares. [...] à noite o homem privado desabrochava no banquete; até os pobres [...] — ou seja, nove décimos da população — tinham suas noites de festim. [...]”

O banquete constituía uma arte. A etiqueta parece menos elaborada e rigorosa que a nossa. Em compensação jantava-se com clientes e amigos de toda posição, tanto que a ordem de precedência era rigorosamente observada na distribuição dos leitos ao redor da mesa onde ficavam os pratos.

Não havia verdadeiro festim sem leito, mesmo entre os pobres: só se comia sentado nas refeições comuns (nas casas simples a mãe de família, de pé, servia o pai à mesa). A comida nos parecia ora oriental, ora medieval. Contém muitos temperos e molhos complicados. A carne é fervida antes de cozinhar ou assar — tanto que perde o sangue — e adoçada. A gama dos sabores favoritos situa-se no agridoce. Para beber, poderíamos escolher entre um vinho com gosto de marsala e um resinado, como hoje em dia na Grécia, todos cortados com água. [...] a melhor parte do jantar, a mais longa, é aquela em que se bebe; durante a primeira metade do jantar nada se faz senão comer sem beber; a segunda parte, em que se bebe sem



Cortejo de escravos servindo um banquete. Cartago, século III.

comer, constitui o banquete propriamente dito [...]. É mais que um festim: uma pequena festa, onde cada qual deve manter seu personagem. Em sinal de festa, os convivas portam chapéus de flores ou 'coroas' e usam perfume, quer dizer, estão untados de óleo perfumado (desconhecendo-se o álcool, o óleo era o solvente dos perfumes): os banquetes eram untuosos e brilhantes, assim como as noites de amor.

O banquete era muito mais que um banquete, e esperavam-se considerações gerais, temas elevados, recapitulações de atos pessoais; se o dono da casa tem um filósofo doméstico ou um preceptor dos filhos, ordena-lhe que tome a palavra; os interlúdios musicais (com danças e cantos), executados por profissionais contratados para a ocasião, podem dar mais vida à festa. O banquete constitui uma manifestação social equivalente ao prazer de beber — ou até maior — e por isso inspirou um gênero literário, o do 'banquete', em que os homens de cultura, filósofos ou eruditos (*grammatici*), abordam temas elevados. Quando a sala de festim oferece desse modo mais o espetáculo de um salão que de um refeitório, o ideal do banquete se realiza e a confusão com um festejo popular já não é possível. 'Beber' designava então os prazeres da mundanidade, da cultura, e às vezes os encantos da amizade; pensadores e poetas também podiam filosofar sobre o vinho."

VEYNE, Paul (org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. v. 1. p. 181 e 184.

Outra repercussão veio do contato com a experiência jurídica de outros povos. Os juristas, demonstrando a capacidade romana de assimilar outras culturas, incorporaram elementos dos códigos de leis dos conquistados ao direito romano, desenvolvendo uma teoria jurídica geral, algo absolutamente novo na Antiguidade. Nesse percurso, à medida que Roma se expandia territorialmente, ampliava-se o conceito de cidadania. Uma cidadania não de parentesco, como na Grécia Antiga, mas um conceito que envolvia vários povos, criado à medida que Roma os assimilou à sua comunidade política.

A escravidão

Os romanos acrescentavam aos nomes de seus escravos o sufixo *por*, significando "menino de". Assim, por exemplo, Marcipor designava o menino de, ou seja, pertencente a Marco. Mas logo a quantidade de escravos tornou-se excessiva, e fez-se necessário o uso de nomes individuais que distinguissem, por exemplo, os diversos escravos de Marco. Os conquistadores romanos haviam levado para a Itália centenas de milhares de prisioneiros de guerra de todas as partes de seu Império. Os escravos trabalhavam como artesãos, criados domésticos e, em maior número, na agricultura e na mineração.

A escravidão

"Há um exemplo que merece nossa atenção. No ano 151 A.D., um grego de Alexandria adquiriu uma menina no mercado de Sida, cidade localizada no litoral sul da Anatólia [...], um centro tradicional e notório de atividade escravista. O comprador levou a menina consigo de volta para o Egito, e com ela a nota de venda — um documento bilíngüe em grego e latim, [...]. A menina é descrita da seguinte forma: 'Sambatis, mudado para Atenais, ou qualquer outro nome pelo qual possa ser chamada, de nacionalidade frígia, cerca de doze anos de idade [...] em boa saúde, como manda a lei, livre de qualquer acusação legal, não é andarilha ou fugitiva, não apresenta a doença sagrada [epilepsia]'. O vendedor garantiu tudo isto sob juramento aos deuses Hermes e Hefáisto, sob pena de ser obrigado a devolver o dinheiro em dobro caso qualquer afirmação não fosse verdadeira. A frase 'ou qualquer outro nome pelo qual possa ser chamada' é uma ressalva contratual típica; a garota, na verdade, nascera livre e recebera um nome frígio, Sambatis, substituído pelo nome grego Atenais quando ela foi escravizada."



Escravos romanos amassando uva para a produção de vinho

FINLEY, M. I. *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 190.

REPRODUÇÃO

Não há dúvida de que as centenas de milhares de prisioneiros de guerra escravizados dificilmente teriam considerado benéfica a conquista romana, como também não a considerariam as tribos ibéricas aniquiladas nem os massacrados cartagineses. Para essas vítimas, Roma era a opressora e não a criadora de um Império universal que proporcionava ordem e segurança.

O latifúndio e a marginalização da plebe

Durante as guerras de expansão muitos camponeses serviram no exército por longos períodos e os campos ficaram abandonados. Ao retornarem, os ex-soldados, pequenos proprietários de terra, sem dinheiro para reconstruir suas propriedades, eram então forçados a vendê-la a ricos proprietários por baixos preços.

Outro fator que contribuiu para exaurir os pequenos camponeses foi a criação dos latifúndios, naquela época, grandes propriedades da aristocracia, cultivadas por escravos. Entre os gregos, uma grande propriedade tinha em média de 12 a 24 hectares; já em Roma, patrícios ricos chegavam a possuir mais de 80 mil hectares.

Com a escravidão, os camponeses deixavam de ser necessários às grandes propriedades vizinhas onde anteriormente trabalhavam para aumentar seus rendimentos. Mergulhando mais e mais na pobreza e na dívida, eles abandonavam suas terras e iam para Roma, que crescia incontrolavelmente. Ao tempo de Caio Júlio César (60-44 a.C.), a população da cidade já contava com 750 mil habitantes, ultrapassando as maiores cidades do mundo helenístico. Os ex-agricultores passaram a fazer parte de um grande grupo marginal urbano definido como **proletários**: a única coisa que forneciam à cidade era sua prole, seus filhos. Uma vez em Roma, não tinham como retornar ao campo como pequenos proprietários.

A tentativa de reforma agrária

Em 133 a.C., o tribuno da plebe Tibério Graco (163-133 a.C.) propôs a reforma agrária em Roma. A idéia era resolver o problema da plebe marginalizada sem terra fazendo valer uma lei antiga, que proibia a qualquer pessoa usar mais de 312 acres de terra pertencentes ao Estado. Por muitos anos a aristocracia ignorara essa lei, ocupando ilegalmente imensos lotes de terra pública – o *ager publicus*. Ao colocar em vigor a lei, Tibério esperava liberar os lotes para redistribuí-los aos plebeus.

A elite patricia se opôs radicalmente ao projeto, que ameaçava suas propriedades. Para preservar o *status quo*, os senadores assassinaram Tibério e cerca de 300 de seus partidários, cujos corpos foram lançados ao rio Tibre. Posteriormente a causa agrária foi retomada por Caio Graco (153-121 a.C.), irmão mais novo de Tibério. Caio, um orador talentoso, que logo conquistou o apoio da plebe marginalizada, acabou eleito tribuno em 123 a.C. Ele rerepresentou o plano de distribuição de terras de seu irmão e, tal como ele, despertou o ódio dos senadores. Desencadeou-se em Roma uma rápida guerra civil em que Caio Graco (que talvez tenha cometido suicídio) e 3 mil de seus seguidores foram mortos.

O Senado tornara o assassinato um meio de se desfazer da oposição incômoda. Roma mergulhou numa era de violência política, que terminou com a destruição da República. Embora se considerasse o guardião da liberdade republicana, o Senado expressava, na realidade, a determinação de algumas centenas de famílias em manter o controle sobre o Estado, num exemplo clássico de uma minoria agarrando-se ao poder com todas as suas forças.

“

Os homens que combatem e morrem pela Itália têm o ar, a luz e mais nada [...]. Lutam e perecem para sustentar a riqueza e o luxo de outro, mas embora sejam chamados senhores do mundo, não têm um único torrão de terra que seja seu.

”

ANDERSON, Perry. Tibério Graco
In: *Passagem da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo:
Brasiliense, 1987. p. 60

VERIFICAÇÃO DE LEITURA 2

1. Como as conquistas influenciaram o direito romano?
2. Qual a relação entre o banquete e as conquistas?
3. Qual a relação entre a palavra, o conhecimento e o banquete?
4. O que era o proletariado na Roma Antiga?
5. Quais as razões para o fracasso da reforma agrária dos irmãos Graco?

A CRISE NA REPÚBLICA

As riquezas chegadas a Roma, provenientes das províncias saqueadas, fizeram com que a competição por posição e posse deteriorasse a República. A plebe, empobrecida, sem terras e sem trabalho, pressionava o Estado. O Senado se degenera numa oligarquia interesseira, que resistia à reforma social e lutava por preservar seus poderes e privilégios. Como afirma o historiador Perry Anderson: "A República conquistara para Roma o seu Império: as suas próprias vitórias a tornaram anacrônica".

Após a conquista da bacia do Mediterrâneo, as principais preocupações republicanas já não eram com a defesa militar, mas com a redefinição das instituições relativas às exigências do Império econômico e com a solução de perigosos problemas sociais e políticos de Roma. Em ambos os casos, a República fracassou. As instituições romanas não haviam sido criadas para administrar tantas colônias e encontravam imensa dificuldade de se adaptar às mudanças. A República não conseguia atender a tantos cidadãos de um Império tão vasto, e, no governo das províncias, governadores, coletores de impostos e soldados exploravam pesadamente os habitantes locais.

A política romana do século posterior aos irmãos Graco (século II a.C.) foi marcada por rivalidades e violência. Aventureiros políticos exploravam a venda de cereais a baixo custo e a distribuição de terras, para beneficiar suas carreiras. Esses novos defensores da reforma social eram os **demagogos**, que encantavam e manipulavam a plebe marginalizada com **pão e circo**: comida a baixo custo e entrada gratuita nos jogos. Esses demagogos aspiravam ao Tribunato da plebe, um cargo suficientemente forte para contestar o Senado e não muito difícil de conseguir, já que a cada ano eram eleitos dez tribunos. Seu principal objetivo era fragilizar o Senado e concentrar o poder nas próprias mãos. A plebe marginalizada, depois de décadas de ociosidade e de alimentos e entretenimento gratuitos, estava pronta a apoiar aquele que lhes acenasse com promessas mais sedutoras. A República estava ultrapassada.

A FORÇA DOS GENERAIS

As conquistas fortaleceram ainda mais o exército romano. Seus generais se consideravam mais importantes que o Senado, pois a grandeza de Roma teria sido proporcionada por suas conquistas, e não pelas discussões senatoriais. Eles queriam o poder político e começaram a considerar que podiam usar a confiança de seus soldados para promover sua carreira política e intimidar o Senado. O exército deixou de ser um instrumento do governo e se tornou patrimônio particular dos generais. À medida que generais rivais usavam suas tropas para defender suas ambições políticas, Roma se encaminhava para novas guerras civis.

Mário e Sila: A força do exército

O general Mário (157-86 a.C.), que se tornou cônsul em 107 a.C., sem as tropas necessárias para uma campanha no norte da África, revogou a tradicional exigência de propriedade para ingressar no exército e formou suas legiões com voluntários. Esses novos soldados, desiludidos com o governo de Roma, serviam apenas porque Mário mantinha promessas de saque e concessões de terra. Eles não eram leais a Roma, mas a Mário.

Enquanto Roma enfrentava dificuldades internas, Mitridates, rei do Ponto, no norte da Ásia Menor, invadiu a província romana da Ásia. Em 88 a.C., assassinou 80 mil residentes italianos da província. Diante disso, o Senado confiou o comando do exército a Sila (138-78 a.C.). Os partidários de Mário, mostrando sua força, conseguiram mudar a ordem e o comando foi dado a seu general.

Sila, porém, recusou-se a aceitar a decisão do Senado e marchou com suas tropas sobre Roma. Essa foi a primeira marcha sobre Roma, a primeira vez em que um comandante e seus soldados desafiaram o governo. Sila ganhou a primeira batalha, mas quando deixou Roma para combater Mitridates na Grécia, Mário retomou a cidade e lançou-se alucinadamente contra seus partidários. A matança durou cinco dias e cinco noites.

Pouco tempo depois, Mário morreu. Sila, de volta, dominou rapidamente os seguidores do rival e tornou-se ditador de Roma, usando seu poder para ressuscitar o Senado. Restaurou o direito senatorial de vetar os atos da Assembléia e limitou seu poder, bem como o dos tribunos, e restringiu a autoridade militar dos governadores das províncias. Tendo concluído essas reformas, Sila, como Sólon na Grécia Antiga, afastou-se da vida pública.



Generais Mário e Sila

REPRODUÇÃO

Triunviratos

Mesmo após as modificações de Sila a República continuava ameaçada por generais que utilizavam suas tropas em seu próprio interesse político. Em 60 a.C., um triunvirato composto por Caio Júlio César, Pompeu e Crasso assumiu o poder.

César ganhou destaque ao vencer, em 52 a.C., a campanha na Gália. O Senado, temendo que ele usasse sua crescente reputação para assumir o controle do Estado, ordenou-lhe que renunciasse ao comando das tropas. Percebendo que sem as tropas perderia o poder, César decidiu marchar sobre Roma. Derrotado e amedrontado, o Senado nomeou César ditador por dez anos.

Em fevereiro de 44 a.C., os senadores ficaram alarmados quando César tornou vitalícia sua ditadura. Um grupo de aristocratas, sentindo que isso representava o fim das tradições republicanas de mais de um século e meio de existência, assassinou César no dia 15 de março de 44 a.C. Cícero, o responsável pelo ensino do Direito como ciência e destacado orador, afirmou que César merecia a morte, pois teria cometido o mais terrível dos crimes: destruir o Direito e a liberdade.

O assassinato de Júlio César, no entanto, não fortaleceu o Senado. Roma lançou-se numa nova guerra civil e um novo triunvirato foi composto: Marco Antônio, Lépido e Otávio (filho adotivo de César). Lépido afastou-se rapidamente da vida política. Os outros dois lutavam entre si. Em 31 a.C., Otávio esmagou as tropas de Marco Antônio e de sua esposa, Cleópatra, rainha do Egito, e quatro anos mais tarde tornou-se o primeiro imperador romano.

As instituições republicanas de Roma foram incapazes de enfrentar os problemas criados pelas conquistas. A República chegara ao fim.



O imperador romano tem o mundo em suas mãos. César, senhor do mundo, óleo sobre tela de Adolphe Yvon, século XIX.

REPRODUÇÃO

VERIFICAÇÃO DE LEITURA 3

1. Explique a frase de Perry Anderson: "A República conquistara para Roma o seu Império: as suas próprias vitórias a tornaram anacrônica".
2. Quais as intenções da política do pão e circo?
3. Explique o papel do exército na crise republicana.
4. Por que, para Cícero, César teria destruído o Direito e a liberdade?

O IMPÉRIO

Os romanos gostavam de se ver representados em imagens. Desde os primeiros tempos da república os chefes políticos e militares eram glorificados com estátuas em lugares públicos. À época do Império, o estilo romano de monumentalidade atingiu seu apogeu.

Nas feições do romano desconhecido, da foto ao lado, fica clara a busca do artista.

Rugas fielmente reproduzidas e acentuadas com a intenção de colocar em evidência um tipo de caráter que os romanos valorizavam: austeridade e rudeza. É a imagem de um homem de autoridade em que as rugas parecem conter uma história pessoal inconfundível. O que faz lembrar a famosa frase de escritor romano Virgílio: "Sou humano e nada humano é estranho a mim".

Os imperadores no entanto queriam ir além do humano, queriam estar acima do bem e do mal. Num primeiro olhar à escultura de Otávio Augusto, mostrada abaixo, ficamos em dúvida se ela representa um deus ou um ser humano. Ela pretende ser as duas coisas. Quer falar da aura de divindade do imperador em um corpo idealizado de um herói. Trajes de textura tão impressionante que parece real, uma couraça cheia de alegorias e olhos de expressão inspirada. Esta imagem, que todos os imperadores buscaram por diferentes caminhos, de um imperador que paira sobre os homens, logo ganhou, em moedas e esculturas, a condição de símbolo nacional.

O Senado deu a Otávio o título de Augusto, divino entre os homens. Os magistrados ainda eram eleitos e as assembléias ainda se reuniam; o Senado administrava certas províncias, controlava-lhes as finanças e era ouvido por Otávio, mas deixara de ser a autoridade central do Estado romano. Tornara-se submisso aos sucessivos imperadores.

Alto Império — o apogeu (séculos I a.C. — III d.C.)

O grande orgulho de Otávio Augusto era ter encontrado uma cidade de tijolos e tê-la vestido de mármore. As riquezas geradas pelas conquistas permitiram aos imperadores romanos realizar inúmeras obras públicas. Aquedutos, arenas gigantes, esgotos, portos, estradas: símbolos visíveis do poder de Roma.



Retrato de um romano. Escultura em mármore. (c. 80 a.C.).
Palácio Torlonia, Roma.

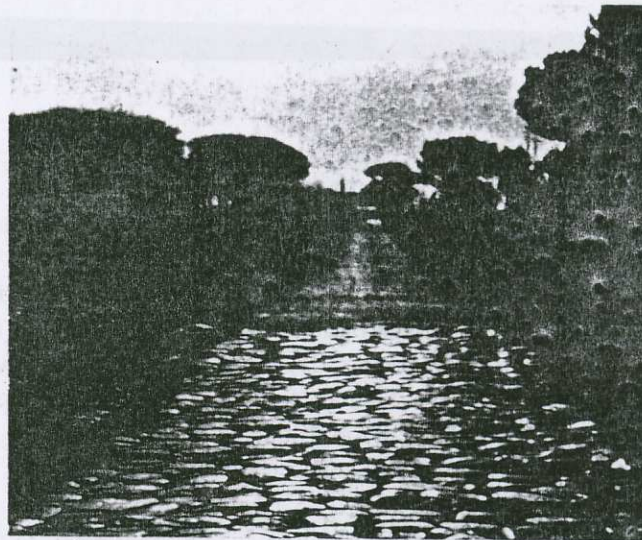


Augusto, de Prima Porta (c. 20 a.C.).
Museu do Vaticano, Roma.

"Pão e circo" se tornou a marca da relação dos imperadores com a plebe empobrecida. A distribuição de cereais gratuitos aumentou, assim como os populares combates de gladiadores. Conta Lewis Mumford que, "para tornar mais fácil ainda a freqüência a tais espetáculos, já no reinado de Cláudio, 159 dias eram assinalados como feriados públicos, e nada menos de 93, um quarto do ano inteiro, eram dedicados aos jogos às expensas públicas".

E havia ainda os edifícios públicos para os banhos: vastos recintos, que lembravam templos, com banhos de vários tipos, salas para massagens, para passar o tempo, e até mesmo bibliotecas. O banho era um ritual que evidenciava a adoração ao corpo.

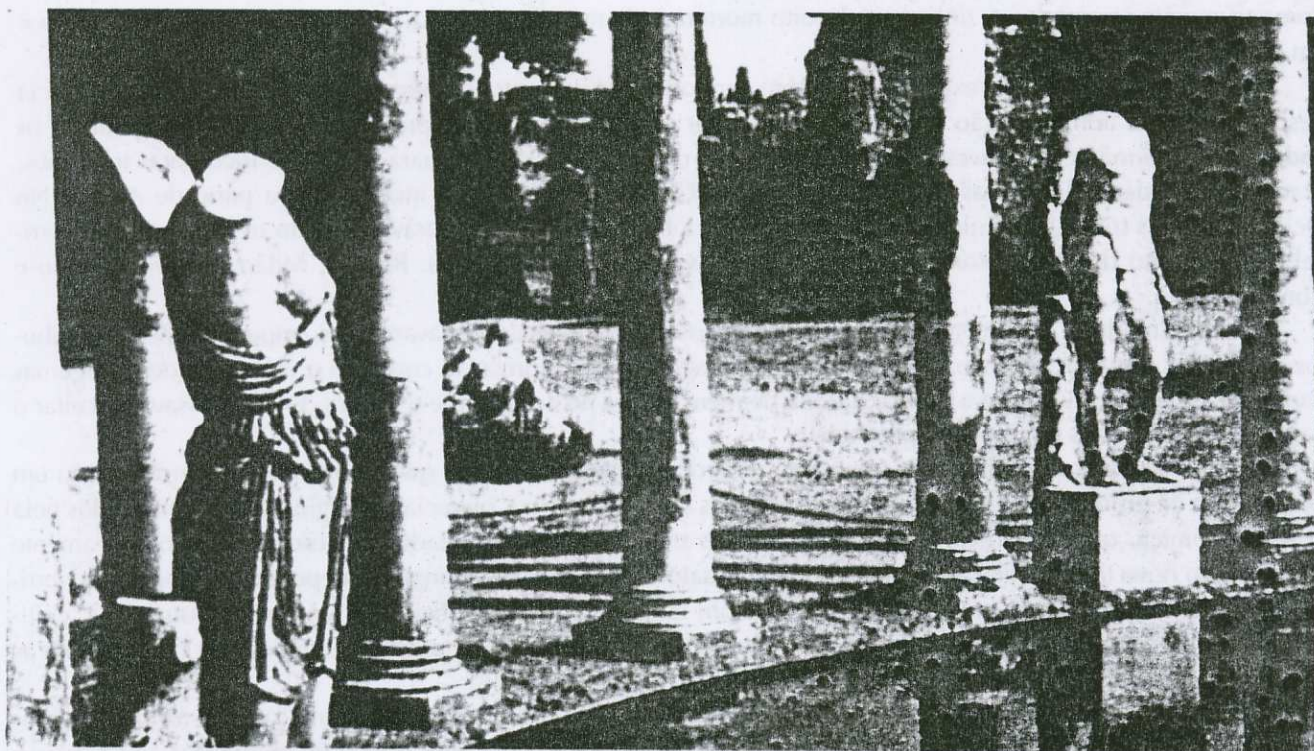
Culturalmente o Império era um ambiente cosmopolita em que as características regionais iam sendo absorvidas e fundidas, criando uma sociedade extraordinariamente aberta e diversificada. Tendências diferentes e muitas vezes divergentes coexistiam até num mesmo monumento. Diante disso a arte romana não revela um estilo coerente, como o que encontramos no Egito e na Grécia. Aliás, boa parte das obras de arte romanas não era assinada e seus autores podiam ter vindo de todas as partes do território imperial. É nesse mosaico de estilos que reside a **romanidade**.



Via Appia (c. 312-308 a.C.). Roma, Itália.

Todos os caminhos levam a Roma

Ainda durante a República, em 312 a.C., Appius Claudius iniciou a construção da Via Appia, a melhor estrada que o mundo antigo conheceu. Inicialmente ela estendia-se de Roma a Capua, numa distância de 300 quilômetros. Posteriormente foi ampliada até o calcanhar da Itália. No Império, Roma construiria mais 80 mil quilômetros de estradas, algumas delas com mais de 10 metros de largura.



Vila de Adriano em Tívoli.

Essa romanidade se estendeu pelo Oriente e pelo Ocidente, por meio da difusão do latim, da criação de cidades e do direito romano. Regiões do norte da África, da Gália, da Bretanha e da Germânia meridional, até então não alcançadas pelo helenismo, foram trazidas para a órbita da civilização romana. As barreiras entre os italianos e os habitantes das províncias iam sendo rompidas à medida que espanhóis, gauleses, africanos e outros povos domina-

dos pelos romanos alcançavam postos no exército e na administração imperial, chegando até a imperadores. A cidadania foi finalmente estendida a quase todos os homens livres em 212 através de um edito assinado pelo imperador Caracala, nascido em Lyon, na Gália.

Os romanos deram o nome de *pax romana* ao período de estabilização das fronteiras. Nesse período, 300 mil soldados, deslocando-se rapidamente pelas estradas do Império, defenderam as fronteiras junto dos rios Reno e Danúbio contra as incursões das tribos germânicas, contiveram invasões orientais e sufocaram rebeliões internas. A paz romana foi, antes de tudo, uma "paz armada", o maior símbolo do apogeu do Império, que, no entanto, já carregava em seu interior os sinais de sua decadência.

Baixo Império (séculos III d.C. — V d.C.)

O fim das conquistas acarretou também o fim do suprimento de escravos, cujo preço começou a subir assustadoramente. No final do século II, o preço de um cativo estava em média dez vezes superior ao do século anterior. Como os romanos desprezavam os trabalhos manuais, não se preocuparam em desenvolver técnicas que fomentassem a produção e contrabalançassem o declínio lento e silencioso do número de escravos. Resultado: ao mesmo tempo que o preço dos escravos subia, a produção caía, a inflação aumentava — em meados do século III, o *denarius*, moeda de prata romana, valia 5 % de seu valor tradicional —, a arrecadação de impostos despencava, o comércio entrava em declínio. Isso tudo gerou a crise do Estado e, é claro, a instabilidade política. Entre 235 e 284, Roma teve vinte imperadores, dos quais dezoito morreram de maneira violenta, um como cativo no estrangeiro e um vítima de peste.

A deterioração atingiu o exército. O Estado empobrecido encontrava dificuldades de manter a burocracia (responsável pela administração provincial) e sustentar o aparelho militar. Aproveitando-se dessa fragilidade, os **godos**, tribos germânicas, atravessaram a fronteira dos rios Reno e Danúbio para saquear e incorporar territórios. Atacaram as cidades litorâneas da Ásia Menor e da Grécia, e chegaram a incendiar boa parte de Atenas. No Ocidente, outras tribos germânicas invadiram a Gália, a Espanha e a Itália, e travaram com os romanos uma terrível batalha perto de Milão. Roma ruía. A capital foi várias vezes transferida: Ravena, Milão, Tréveros, Sirmio e Constantinopla.

Para obter fundos e suprimentos para os militares, os imperadores confiscavam bens, impunham pesados tributos e trabalhos forçados ao povo. À medida que a inflação e a desvalorização corroíam o valor da moeda, algumas partes do Império começavam a utilizar a troca de mercadorias no comércio e o próprio Estado passava a aceitar o pagamento de tributos em espécie (produtos).

Os centros urbanos decaíam e na economia rural ocorriam modificações que anunciavam a transição para um outro **modo de produção**. As grandes propriedades dos aristocratas ricos ofereciam refúgio aos marginalizados pela crise econômica, que, em troca, passavam a fazer os trabalhos antes realizados por escravos. Espontaneamente surgiu aí um novo tipo de relação de trabalho: o **colonato**. O *colonus*, um camponês dependente, vinculado à propriedade do senhor, pagava pelo arrendamento de um lote de terras em dinheiro ou em espécie, ou, ainda, cultivando-o em regime de parceria. Ao longo de centenas de anos, o centro de gravidade mudou das cidades para as propriedades agrícolas.

Nos governos de Diocleciano (285-305) e Constantino (306-337), as políticas voltaram a conter forças da desintegração. Numa época em que a produção agrícola diminuía a cada dia, eles buscaram centralizar ainda mais o poder e arrancar mais tributos dos cidadãos. Para muitos, o Estado tornara-se o inimigo e a administração pública era mais odiada e temida do que os próprios bárbaros.

Para assegurar uma produção contínua de alimentos e mercadorias e o recolhimento de tributos, Diocleciano exigiu que os colonos não mudassem de lugar e ocupação e transmitissem seus ofícios aos filhos. Paralelamente formou-se um exército de agentes do governo para ir no encalço de camponeses que fugiam na esperança de escapar dos impostos. Foi a oficialização do colonato.

Para se proteger da insurreição militar, Diocleciano designou um general para dirigir as províncias ocidentais do Império, enquanto ele governava o Oriente.

Ao construir uma nova capital imperial, Constantinopla, no estreito de Bósforo, Constantino favoreceu a tendência de dividir o Império Romano em duas metades: a oriental e a ocidental.

O IMPÉRIO DO ORIENTE E OS BÁRBAROS NO OCIDENTE (451-476)



Fonte: VIDAL-NAQUET, Pierre e BERTIN, Jacques. *Atlas histórico*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990. p. 81.

Na parte oriental do Império, a escravidão nunca se tornou o modo de produção predominante. Além disso, essa região era muito mais populosa e sua economia mais dinâmica e menos vulnerável às invasões bárbaras que a da porção ocidental. Resultado: enquanto o Ocidente desmoronava com as invasões e a crise interna, o Império do Oriente sobreviveria até a metade do século XV com o nome de Império Bizantino. No Ocidente, as condições econômicas continuavam a piorar. Cidades na Britânia, na Gália, na Germânia e na Espanha foram abandonadas. Os aristocratas já não eram dedicados a Roma e isolavam-se atrás das muralhas fortificadas de suas propriedades. A grande rede de estradas romanas não era conservada e o comércio foi praticamente interrompido ou passou para as mãos de gregos, sírios ou judeus do Oriente.

No Império do Ocidente, Átila (406-453), conhecido como O Flagelo de Deus, conduziu os hunos — povo nômade da Ásia Central — à Gália em 451, onde foi derrotado por uma coalizão das forças germânicas e do que restou do exército romano. Dois anos depois, ele morreu, deixando, por um triz, de converter a Europa num Império mongol.

Em 476, os comandantes germânicos derrubaram o imperador romano Rômulo e colocaram um germano no trono. Esse fato simboliza o fim do Império Romano do Ocidente e da Antiguidade Clássica. Outros fatos ou datas, porém, poderiam ter o mesmo valor: em 394 foram realizados os últimos jogos olímpicos; em 537, a água deixou de correr para os famosos banhos de Caracala; em 529, a Escola de Atenas foi fechada...

Difusão e triunfo do cristianismo

Tão vagarosamente quanto a crise que o destruía, crescia no interior do Império uma nova religião de origem oriental: o cristianismo. Seu triunfo relacionou-se com o declínio do modelo religioso helênico que os romanos haviam abraçado. O cristianismo demonstrou capacidade de comover em meio à crise, oferecendo soluções confortadoras para os problemas da vida e da morte, uma relação profundamente íntima com Deus e com um mundo espiritual e a participação numa comunidade de fiéis que se preocupavam uns com os outros. Os pobres, os marginalizados e os escravos foram atraídos pela personalidade, vida, morte e ressurreição de Jesus, pelo seu amor incondicional e sua preocupação com a humanidade sofredora.

Mas o êxito do cristianismo deveu-se não apenas ao poder de uma idéia, mas também ao vigor de uma instituição: a Igreja. Aos moradores das cidades, desiludidos com os negócios públicos, a Igreja (do grego *ecclesia*, "comunidade de fiéis"), que dava a seus membros o nome de irmãos e irmãs, satisfazia à necessidade elementar que têm os seres humanos de pertencer a um grupo.

Tolerante para com as religiões, o governo de Roma a princípio não interferiu de maneira significativa no cristianismo. Este, na verdade, beneficiou-se da estrutura do Império. Os missionários cristãos, entre eles alguns dos 12 apóstolos, seguidores originais do Cristo, viajaram por todo o Império, por estradas e mares cuja segurança havia sido garantida pelas armas romanas. O dialeto grego comum, o *koine*, falado na maior parte do Império, facilitou a tarefa dos missionários. O universalismo do Império Romano, colocando a cidadania ao alcance de pessoas de muitas nacionalidades, preparou o cami-



Busto de Cristo entre Alfa e Omega, pintura mural do início do cristianismo, no Cemitério de Connodille, Roma.

nho para o universalismo da religião cristã, que recebia igualmente bem os membros de todas as nações. Posteriormente a Igreja organizou o clero com base na administração provincial.

O aumento do número de cristãos chamou a atenção das autoridades, que os viam como subversivos por pregarem fidelidade a Deus, e não ao imperador de Roma. Para muitos romanos, os cristãos eram inimigos da ordem social, pessoas que não aceitavam os deuses do Estado, não participavam das festas, desprezavam as competições dos gladiadores, não frequentavam os banhos públicos, pregavam o pacifismo, recusavam-se a considerar deuses os imperadores mortos e adoravam um suposto criminoso que havia sido crucificado. Na tentativa de acabar com a nova religião, os imperadores recorreram à perseguição sistemática. Os cristãos foram detidos, espancados, privados de alimento, queimados vivos, esfaqueados por animais ferozes na arena e crucificados.

As perseguições dividiram-se em duas etapas. As primeiras, promovidas pelo imperador Nero no ano 64, foram locais, não provocaram muitas mortes e, sendo demasiado esporádicas, não conseguiram impedir a difusão do cristianismo. Dois séculos depois, porém, no ano 250, começou a segunda etapa de perseguições, com o imperador Décio desencadeando um terror brutal contra os cristãos em quase todo o Império. Seus sucessores, Galo e Valeriano, também promulgaram, entre 251 e 260, editos anticristãos e executaram adeptos da nova crença.

De 260 a 303 os cristãos gozaram de relativa paz, mas logo em seguida Diocleciano promoveu contra eles a mais vigorosa perseguição que haviam enfrentado até então. Apesar de terem aniquilado muitos e feito outros abandonarem a fé, por temor à tortura e à morte, as perseguições não duraram o suficiente para extirpar a nova religião. Na realidade, elas fortaleceram a determinação da maioria dos fiéis e geraram novos convertidos, maravilhados com a coragem extraordinária dos mártires.

Incapazes de esmagar o cristianismo pela perseguição, os imperadores romanos resolveram conseguir o apoio do número crescente de fiéis no Império. No ano 313, Constantino, atraído pela fé em Cristo, promulgou o Edito de Milão, legalizando a prática cristã. Permitindo a livre circulação dos ensinamentos cristãos e adotando uma legislação favorável à Igreja, Constantino e seus sucessores aceleraram a cristianização do Império e o crescimento do cristianismo. No ano de 380, Teodósio I fez dele a religião oficial do Império Romano e, em 391, declarou ilegal o culto aos deuses pagãos.

VERIFICAÇÃO DE LEITURA 4

1. O que ocorreu com o Senado romano a partir do Império?
2. Por que a *pax romana* sinaliza para alguns o apogeu e para outros o início da crise do Império Romano?
3. O que significou o declínio do número de escravos na crise do Baixo Império?
4. Explique a seguinte frase do texto: "Ao longo de centenas de anos, o centro de gravidade mudou das cidades para as propriedades agrícolas".
5. Que fatores explicariam as perseguições aos cristãos na Roma Antiga?

UM OUTRO OLHAR

REPRODUÇÃO



Santo Agostinho e a alimentação

Enquanto o Império Romano desmoronava diante dos bárbaros, Santo Agostinho, um convertido à fé cristã, condenando entre outras coisas a gula, um dos pecados capitais segundo o cristianismo, escrevia:

"Sustento uma guerra cotidiana com jejuns, reduzindo o corpo à escravidão. Mas depois disto vem o prazer para afastar as minhas dores. Efetivamente, se o remédio dos alimentos não nos socorrer, a fome e a sede tornam-se tormentos que abrasam e matam como a febre. Ora, estando este remédio sempre ao nosso alcance, graças à liberalidade dos vossos dons, que faz com que a terra, a água e o céu sirvam à nossa enfermidade, chamamos delícias a tal desgraça.

Ensinastes-me a tomar os alimentos, só como remédio. [...]

Santo Agostinho, quadro de Piero della Francesca, séc. XV.
Museu Nacional de Arte Antiga, 1785.